

EDITAL N.º 110/2024

Edificação Degradada - Execução de Obras

Jorge Augusto Rodrigues dos Reis Alfaiate, dirigente intermédio de 3º grau da unidade orgânica de urbanismo da Câmara Municipal de Alpiarça, vem ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artº 112 do Código do Procedimento Administrativo, em virtude de não ter sido possível efetuar notificação por carta, notificar **Júlio Fernando da Silva Gameiro, Cabeça de Casal da herança de**, com ultima morada conhecida na Rua João Durão, n.º 2, freguesia e concelho de Alpiarça, **de que**, no seguimento da vistoria efetuada, em 05-09-2023, ao prédio sito na Rua do Matadouro, n.º 3, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Alpiarça sob o artº 16º da secção 016 e mediante despacho do senhor vereador do pelouro do urbanismo datado de 03-07-2024, no uso de competência prevista na alínea W) do nº 1 do artº 33 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, subdelegada por despacho da Srª Presidente da Câmara datado de 27-09-2024, **deverão proceder à realização de obras de demolição do restante da cobertura da edificação existente e execução de obras na empena de modo a promover a melhoria do arranjo estético da mesma**, tomando todas as medidas necessárias para que o desenvolvimento dos trabalhos não coloque em risco nem os trabalhadores, nem os utentes da via, **no prazo de 90 (noventa) dias** a contar da data de afixação do presente edital, com fundamento no teor do respetivo auto de vistoria.

Nos termos e para os efeitos do disposto nos artºs 121 e 122 do Código do Procedimento Administrativo poderão os visados querendo, pronunciar-se por escrito no prazo de 15 (quinze) dias sobre o teor deste despacho.

Caso não se pronunciem no prazo referido no parágrafo anterior esta decisão torna-se definitiva e produz eficácia no 1º dia útil ao terminus do mesmo.

Mais se informa, que caso não seja dado cumprimento a esta ordem, a C.M. poderá tomar posse administrativa do prédio e executar coercivamente as obras e trabalhos de limpeza, sendo os visados responsáveis pelas despesas a que vier a dar causa, nos termos do disposto nos artºs 91, 107 e 108 do D.L. 555/99 de 16 de Dezembro, na sua redação atual.

Em caso de desobediência da presente ordem poderá ser instaurado por esta Câmara Municipal o competente processo de contraordenação, nos termos e trâmites do D.L 433/82, de 27 de Outubro e apresentada queixa às autoridades judiciais, pela prática de crime de desobediência, em consonância com o nº 1 do artº 100 do D.L. 555/99 na sua redação atual, no qual se estabelece que o desrespeito dos atos administrativos que determinem qualquer das medidas de tutela da legalidade urbanística constitui crime de desobediência, nos termos do artº 348 do Código Penal, imputável aos infratores.

O Dirigente Intermédio de 3º Grau

Jorge Alfaiate, Engº*

*(No uso da competência subdelegada por despacho do Sr. Vereador do Pelouro da Câmara Municipal de 22 de fevereiro de 2023)



CERTIDÃO

---_____, funcionário da Câmara Municipal
de Alpiarça. -----

--- Certifica, para os devidos efeitos, que procedeu hoje à afixação do Edital n.º 110/2024 nos lugares
públicos do costume. -----

--- Alpiarça, _____ de _____ de 2024 -----

O Funcionário,

